

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2016

ANO:

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR BRENO MEDEIROS
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	4º VARA DO TRABALHO DE RIO VERDE
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	1º/08/2014
JUIZ TITULAR:	VIRGILINA SEVERINO DOS SANTOS
TITULAR DESDE:	1º/08/2014
DATA DE INSTAÇÃO PJE:	1°/08/2014
PERÍODO CORRECIONADO:	1º/11/2015 À 30/04/2016

EQUIPE CORRECIONAL			
SERVIDOR FUNÇÃO			
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional		
Bruno Barbosa Dib	Assistente		
Fernando Henrique Barbosa Borges Moreira	Assistente		
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente		
Luana Carvalho Arantes	Assistente		
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente		

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014	2015	2016***
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	-	731	1.691	549
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os solucionados	-	334	1.814	612
3	Produção	-	46%	107%	111%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	-	168	1.190	448
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	-	390	251	185
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	-	563	1.059	1.157
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	-	29%	29%	57%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	-	54%	13%	24%
9	Execuções iniciadas	-	13	274	179
10	Execuções encerradas	-	3	119	92
11	Execuções baixadas	-	3	113	64
12	Execuções pendentes de encerramento	-	10	157	247
13	Execuções pendentes de finalização	-	10	171	286
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	-	0	4	6
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	-	69%	72%	89%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	-	77%	58%	73%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	-	41%	40%	38%
18	Índice de conciliação da unidade	-	41%	30%	33%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

Cód. Autenticidade 400091748182

^{**} A unidade foi instalada em 1º/08/2014.

^{***} Dados do exercício 2016 referem-se aos meses de janeiro a abril.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	VIRGILINA SEVERINO DOS SANTOS
Juiz Auxiliar	ELIAS SOARES DE OLIVEIRA

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região	SIM	NÃO
Metropolitana)?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X			
Auxiliar fixo			X	X	

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4	
---	---	--

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	_	NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.		Х
Forma de revezamento: Diário		

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		Х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	47
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	83

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	320
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	1
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	17

^{*} Dado apurado em 07/06/2016.

2.6 - Prolação de sentenças

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	5	0
Sentença na fase executória	-	5
Embargos de declaração	-	9

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		0	

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	50	38
Ordinário	89	67

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	5	7
Ordinário	7	10

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
5.5 – Frazo medio para proiação de Sentenças da rase executoria	1	1

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	5	2

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1	2
Atualização de cálculos	1	0
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	6	6

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	28	22
Ordinário	40	21

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

^{*} A última visita correcional foi realizada em 12/11/2015 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/10/2014 e 30/09/2015.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Sebastião Bontempo de Paula	Diretor de Secretaria	Efetivo
Ana Flávia Gondim Maia	-	Efetiva
Ana Paula Wong	-	Efetiva
Daniele Cristina Borges	-	Efetiva
Fernando Jorge Passos Lebre	Secretário de Audiências	Efetivo
Gabrila Rabelo Bandeira	Assistente II	Efetiva
Jaqueline Maria Roda Gnoatto	Secretária de Audiências	Efetiva
Marcus Torres Fiori	Assistente II	Efetivo
Maria Conceição E. Domingues	Assistente de Juiz	Efetiva
Michelle Alves Schuh Medina	Assistente de Diretor	Efetiva
Priscila Couto Menezes	-	Efetiva
Tatiana Dafico B. S. B. Torres	Assistente de Juiz	Efetiva
Maira Rodrigues Silva		Estagiária
Karolayne Souza Lima		Menor-aprendiz

^{*} A Unidade não possui claro de lotação.

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h. Protocolo nº 10276/2016.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	13
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h. Protocolo nº 10276/2016.

4.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	Х
Consumo racional de energia elétrica	×
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	×
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	Х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	Х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h. Protocolo nº 10276/2016.

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	×		
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correições permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	Х		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	×		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	x		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	×		

		٠
(S)
	_	_
- 2	=	
•	_	Į
($\overline{}$	J
	_	
(S	١
ĺ	₹	•
1	_	;
(``	J
	_	١
•	_	•
•	ς-	_
	_	
•	7	
	_	-
	_	
	C	,
•	7	₹
	ç	,
	c)
	c	١
	₽	5
	r	١
	ະ	_
-	ī	
	-	-
	_	-
:	•	
	a	Г
-	`	
	:	:
	_)
7	₹	ί
•	٠.	,
	-	٠
•	4	,
•	_	-
(3	٥
- 2	_	_
•	⊆	
(٥
-	ヾ	j
:	╚	9
,	ċ	ì
	≗	′
•	_	,
•	≤	
- (3)
	-	۱
•	_	•
	_	-
	C	
	ā	٦
	u	•
	_	١
	٤	-
	c	J
	π	3
•	÷	=
	۲	Ś
	۲	Ś
	۲	5
	S	2
,	C C	5
	rotoro	
	protoco	
	protoc	5
	Protoco	2
	s protoc	
	A protoc	
	T o protoco	2
	T P Protocy	2
	DA P Protocy	2
	A D K o protoco	
	A DIK o protoco	
	SA DIA Protoco	
	SA DE Protoco	
	SA DIR P Drotocy)
4.000	ACTA DIA PINOTO)
(COLOR PICTOR	
(7.7.7.4 D. X P D. X.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.7.)
(COLOR DIR D DIOLOG)
	AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA)
(74777 0 Y C 6 Y C 7777)
(TATE OF THE PROPERTY OF THE PR)
(TARKET A TOTAL)
(C MAKE STATE OF STOTOS)
(COLORA MICHARION)
()
(NO KAKKOKA DIK P DIOTOG)
000000000000000000000000000000000000000	SOLD TARKEN A DISTORT)
000000000000000000000000000000000000000	A LAKE A LAKE OF A LAKE)
000000000000000000000000000000000000000	A TO)
()
000000000000000000000000000000000000000	THE HALLING HARRING TO THE POLICE OF THE POL)
000000000000000000000000000000000000000	OF ARTING MARKING IN A DIRECTOR)
000000000000000000000000000000000000000	OF ARTING BARROSA THE PROTOCOL)
000000000000000000000000000000000000000	DOT BRIDGE BARROSSA DIR P DEOFOCE)
000000000000000000000000000000000000000	DOT BELLING BAREOS A DIR P DIOTOC)
000000000000000000000000000000000000000	O DOL MRI INC. MARKINA INIK P DIOTOC)
000000000000000000000000000000000000000	AC DOLUMENT MARKEDS A TIME PROTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	ACCOUNT BELLING BARBOSA 131R & DIOTOC)
000000000000000000000000000000000000000	AND DOLUMENT THE PROPERTY OF T)
000000000000000000000000000000000000000	TARRESTA DIR PROTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	DIAGO DOL MALINO MARKONA INIK A DIOTOC)
000000000000000000000000000000000000000	INCHARACTURE BRIDGE BARROSA THE PROTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	IIIDTACO DOL RALINO MARKONA DIR A DIOTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	I I I I I I I I I I I I I I I I I I I)
000000000000000000000000000000000000000	O IIIDIAGO DOL RELINCO RARROSSA INIR A DIOTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	TO INITIATION DON BANKON A DIM A DIOTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	ATO INDITION OF THE INC. HAR SEA 11 A PROTOCO)
000000000000000000000000000000000000000	ento ilintedo nor BRITACO RARROSA DIR e protoco)
000000000000000000000000000000000000000	Protect Interior nor BRING BARBOSA DIR e protoco)
000000000000000000000000000000000000000	mento illutado nor BRITNO BARBOSA DIR e protoco)
	IMPATO IIINTAGO DOL RELINIO RARROSA DIR A DIOTOGO	
	III A BARROSA IN A PROTOCO	
	Climento illotado nor BRI INCO BARROS A DIR e protoco	
	CIIMPATO IIINTAGO DOL RALINO RARROSA INA A DIOTOGO	
	OCCUMENTO IIINTAGO DOL BRITINO BARROSA INRIA PINOTOCO	
	DOCTIMENTO IIINTEGO DOL RELINO BARROSA DIR e protoco	
	Documento ilintado nor BRIINO BARROSA DIR e protoco	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?	Х		Exceto das sentenças prolatadas e dos acordos homologados.
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		х	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		x	
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	Х		Revezamento diário.
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais e de instrução estão sendo marcadas para junho de 2016 em ambos os ritos.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?		Х	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	×		

$\overline{}$
0
Ñ
ဖ
7
S
0
<u></u>
·
۳
_
0
÷
Ö
Ō
0
≍
ب
$\bar{}$
ш
ᆽ
4
Q
- ::
\mathcal{Q}
3 15:30:24h. Pr
4)
$\overline{}$
C
=
\sim
\sim
Ø
ń
\approx
\approx
ത
Ö
_
┰
⋋
Ψ
0
×
\approx
0
Ō
\sim
¥
ĕ
rotc
protc
e prote
e prote
B e proto
IB e proto
DIB e proto
DIB e proto
A DIB e proto
SA DIB e proto
SADI
RUNO BARBOSA DI
RUNO BARBOSA DI
SADI
RUNO BARBOSA DI
cumento juntado por BRUNO BARBOSA DI
cumento juntado por BRUNO BARBOSA DI
RUNO BARBOSA DI

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	x		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	х		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	х		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	х		Esporadicamente.
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)		X	
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nos 30/2012 e 32/2012?	х		

6.
$\dot{\sim}$
ಜ
```
Ø
าง 10276/20
$\sim$
$_{-}$
_
2
_
0
$\overline{}$
ၓ
ō
₹
2
屲
一.
4
Ś
÷:
$\approx$
`
Ω
lo em 09/06/2016 15:30:24h
ထ
$\overline{}$
Ŕ
Ñ
<u>``</u>
$\approx$
$\simeq$
0
0
_
⊏
Φ
O
ŏ
ŏ
Ħ
×
×
ĭ
Ö
ਨ
_
Ψ
VIB e protocolado
☴
Ω
~
:
(y)
S
BOS
ROSA DIB
ARBOS/
SARBOS
BARBOS
D BARBOS
NO BARBOS
INO BARBOS
UNO BARBOS
RUNO BARBOS
BRUNO BARBOS
r BRUNO BARBOS
or BRUNO BARBOS
por BRUNO BARBOS
por BRUNO BAR
por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
do por BRUNO BAR
ento juntado por BRUNO BAR
nento juntado por BRUNO BAR
nento juntado por BRUNO BAR
nento juntado por BRUNO BAR
nento juntado por BRUNO BAR
ento juntado por BRUNO BAR

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?		х	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	Х		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?	×		
29	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
30	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT?	Х		
31	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
32	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
33	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		

<u>6</u>
2
က်
$\simeq$
1027
<u>,                                     </u>
응
ğ
rotocolc
ட
ے
7
30:2
ŗ.
7
A DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h.
5
3/2
ĕ
9
Ξ
ē
\ DIB e protocolado e
<u>ŏ</u>
8
욙
E
ē
Ω
Ă
do por BRUNO BARBOSA
ĕ
쏫
à
0
Ξ.
≈
Ω
ō
5
ğ
nte
. <u>₹</u>
Documento juntado
en
Ĕ
ņ
2
_

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
34	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
35	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
36	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a divida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	Х		
38	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
39	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2016? (Meta 1 do CNJ)	х		
40	A unidade e julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	х		
41	A unidade baixou, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		х	
42	A unidade aumentou em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)		×	
43	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.	х		Gabriela Rabelo Bandeira (Port. 02/2015) Tatiana Dafico Bernardes de S. Borges Torres (Port. 03/2015)

# 6 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

## 6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X	X	
INFOJUD	X		
INFOSEG	Х		
INCRA		X	
JUCEG		X	
SIMBA	Х		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	Х		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	Х		

## 6.2 - Sistemas informatizados

3.2 – Olstemas imormatizados					
SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA			
Sistema AUD	X				
Sistema SAJ18	X				
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X			
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias		X			
Sistema de Cálculos	X				
Sistema de Guias	X				
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X				

Cód. Autenticidade 400091748182

# Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h. Protocolo nº 10276/2016.

# 7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

	Cumpriu?			
Recomendação	SIM	NÃO	Observações	
7.1.1 - Que a unidade certifique nos autos o trânsito em julgado das sentenças proferidas, nos termos do artigo 97 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 3 do Relatório de Correição;	х			

Documento juntado por BRUNO BARBOSA DIB e protocolado em 09/06/2016 15:30:24h. Protocolo nº 10276/2016

712 observância RECOMENDAÇÃO TRT 18° SCR N° 1/2014, de 3/07/2014, que dispõe acerca dos recolhimentos dos depósitos judiciais, provenientes de acordo homologado, em conta judicial e dá outras providências, alertando os juízes, nos processos em que houver a celebração de acordo entre as partes, que exijam, sempre que possível, que o pagamento do acordo seja efetuado através da utilização de conta judicial. No mesmo sentido deverá proceder o juízo quando da existência de depósito recursal na fase executória, determinando a transferência do mesmo para uma conta judicial. Na visão do Desembargador-Corregedor, tal recomendação se traduz em uma maior garantia da regularidade do processo, haja vista que facilita o acompanhamento cumprimento da avença pelo magistrado, que é o verdadeiro gestor do processo, a teor do que dispõe o artigo 765 da CLT. Ressaltou, ainda, que os descumprimentos de acordos não informados por advogados atempadamente tem gerado transtornos para as Varas do Trabalho, dificultando o recebimento do crédito pelo trabalhador. Esclareceu, ainda, o Desembargador-Corregedor, que a contrapartida recebida por este Regional em decorrência do convênio firmado com a CEF e o Banco do Brasil para administração dos depósitos judiciais, equivalente a uma porcentagem do saldo médio existente nessas contas, é recolhida ao caixa único do Tesouro Nacional, passando a integrar, posteriormente, o orçamento desta Corte com vistas ao aprimoramento prestação jurisdicional, com a aquisição de computadores e mobiliários e, notadamente, com a reforma e construção de sedes de Varas do Trabalho, a exemplo das recentes inaugurações das Varas do Trabalho de Posse e Valparaíso de Goiás, revelando que os benefícios advindos com o citado convênio contemplam toda a sociedade, havendo de prevalecer sobre interesses particulares como regra geral. Referida recomendação poderá, também. resguardar os advogados de possíveis embaraços junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, uma vez que o direcionamento de todos os depósitos as contas particulares para causídicos poderá ensejar conclusões equivocadas sobre a renda auferida com os honorários profissionais. Por fim, o Desembargador-Corregedor noticiou que Administração desta Corte contatos mantendo com Superintendência da CEF, com o objetivo de disponibilizar um horário especial para atendimento dos advogados nas suas agências pelo interior do Estado, o que, certamente, facilitará o cumprimento desta recomendação;

X

ö.
5
Ñ
76
1027
7
و
-
ŏ
ŏ
Ħ
Ļ
n. Protocol
n 09/06/2016 15:30:24h. Prot
Ņ
8
ò
~
016
Ś
%
Ğ
9
0
Ή
5
ಠ
음
ಠ
矣
Ä
∥Bepr
m
言
SA DIB e protocolado
ŝ
UNO BARBOS
8
Ą
B
0
Ž
⊋
BR
_
b
0
g
Ľ
. <u>≡</u>
o.
Ĭ
æ
₽
Docur
ŏ

7.1.3 - Que a Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 12 do Relatório de Correição;	Х	
7.1.4 - Que a Secretaria proceda ao lançamento, com regularidade, no sistema informatizado PJe-JT, dos valores decorrentes das custas recursais, nos termos dos artigos 163 e 170 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 20 do Relatório de Correição;	Х	
7.1.5 - A adequação do prazo médio para exarar despachos que, atualmente, se encontra em 5 dias, acima do limite fixado pelo artigo 189, I, do CPC, conforme informado no item 3.4 do Relatório de Correição;	х	

# 7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, CUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos:RTsum-0010559-13.2016.5.18.0104; RTSum-0010431-90.2016.5.18.0104; RTSum-0010283-79.2016.5.18.0104; RTSum-0010189-34.2016.5.18.0104; RTSum-0010034-31.2016.5.18.0104; RTSum-0011679-28.2015.5.18.0104; RTSum-0010624-42.2015.5.18.0104; RTSum-0010418-62.2014.5.18.0104; RTOrd-0010420-61.2016.5.18.0104.)
2	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC. (processos: RTSum 0011731-24.2015.5.18.0104; RTSum 0011730-39.2015.5.18.0104; RTSum 0011729-54.2015.5.18.0104; RTOrd 0010253-81.2015.5.18.0103; RTOrd 0010834-93.2015.5.18.0104; RTOrd 0011380-51.2015.5.18.0104 e RTOrd 0011412-56.2015.5.18.0104).
3	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum 0011731-24.2015.5.18.0104; RTSum 0011730-39.2015.5.18.0104; RTOrd 0010253-81.2015.5.18.0103; RTOrd 0011380-51.2015.5.18.0104 e RTOrd 0011412-56.2015.5.18.0104).
4	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença (processos: RTSum 0011730-39.2015.5.18.0104; RTOrd 0010253-81.2015.5.18.0103; RTOrd 0011380-51.2015.5.18.0104; RTOrd 0011412-56.2015.5.18.0104 e RTOrd 0010814-05.2015.5.18.0104).
5	Nos processos a seguir relacionados, apurados por amostragem, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104; RTOrd-0010232-05.2015.5.18.0104; RTOrd-0010359-40.2015.5.18.0104; RTOrd-0010613-13.2015.5.18.0104; RTOrd-0010993-36.2015.5.18.0104; RTSum-0010860-91.2015.5.18.0104; RTSum-0010838-33.2015.5.18.0104; RTOrd-0011166-60.2015.5.18.0104; RTOrd-00111574-51.2015.5.18.0104; RTOrd-0010113-10.2016.5.18.0104).
6	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe-JT, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104; RTOrd-0010232-05.2015.5.18.0104; RTSum-0010838-33.2015.5.18.0104; RTOrd-0011166-60.2015.5.18.0104; RTSum-0011476-66.2015.5.18.0104; RTOrd-0011574-51.2015.5.18.0104).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de CONTA PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados, descumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104; RTOrd-0010232-05.2015.5.18.0104; RTOrd-0010359-40.2015.5.18.0104; RTOrd-0010613-13.2015.5.18.0104; RTOrd-0010993-36.2015.5.18.0104; RTSum-0010860-91.2015.5.18.0104; RTSum-0010838-33.2015.5.18.0104; RTSum-0011476-66.2015.5.18.0104).
8	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho notifica a parte reclamada para comparecer a uma audiência una/inicial, ocasião em que se deve apresentar defesa, sob pena de revelia (processos: RTOrd-0011166-60.2015.5.18.0104; RTOrd-0011574-51.2015.5.18.0104; RTSum-0010838-33.2015.5.18.0104).

	•	٠
•	J	,
•	ς-	-
		)
2	≍	í
3	٤١	4
1	,	:
9	۷	j
ı	$\sim$	
7	_	i
١	_	ų
(	C	٥
٠,	_	_
	•	
(	0	
	~	-
	_	
		١
	_	_
		١
	7	۲
	⋍	′
	C	)
•	+	•
	C	)
	_	-
1	n	
(	_	
	c	-
	_	
	N	
- (	7	J
	·	٠
(	C	٥
-	ŕ	١
•	•	•
	'n	۰
•	4	,
•	ς-	-
(	ď	٥
	-	_
•	۲	ĺ
(	C	٥
i	べ	j
:	∹	4
,	rì	ì
1	⋟	′
9		)
•	≤	
-	σ	כ
7	=	ζ
•	_	•
	_	-
	ၽ	
	ā	ī
	ч	,
	_	
	_	2
•	c	5
	đ	3
	•	_
	Ċ	)
	7	ς
	۶	:
	_	,
,	÷	:
	ŧ	5
,	ż	2
	proto	5
	proto	5
	o profe	5
	o proto	5
,	A profe	5
	R o prot	
	A P profe	2
		ב ב
	D R o proto	<u></u>
	A DIR a proto	
	A DIR a profe	
	SADBanrot	)
	SADIR Profe	)
	CSA DIR a proto	)
	SOSA DIR a proto	)
	ROSA DIR e proto	)
	PROSA DIR p profe	)
	RECKA DIR a profe	
	ARROSA DIR e proto	)
	SARROSA DIR e proto	
	RARROSA DIR e proto	
	RARROSA DIR e proto	
	D RARROSA DIR e prote	)
	O RARROSA DIR e prote	
	NO RARROSA DIR a proto	
	IND RARROSA DIR a proto	
	IND RARROSA DIR a proto	
000000000000000000000000000000000000000	A IND RARROSA DIR a proto	
	RING RARROSA DIR p proto	
	RELINC RAPROSA DIR e proto	
000000000000000000000000000000000000000	REINO BARROSA DIR e proto	
	T RELIND RARROSA DIR a proto	
	OF BRIDE BARBOSA DIR a proto	
	DOLERALING RARROSA DIR a proto	
	DOLER INCHES BARROSA DIR P profe	
	O DOT BRIDGE BARROSA DIR 6 DIOLO	
	O DOL BRING BARROSA DIR o profe	
	O DOL BRIDGO BARBOSA DIR e proto	
	ACCOUNT BRIDE BARBOSA DIR A DIOLO	
	ACO DOL BRINO RABBOSA DIR e DIOLO	
	Profession RAPROSA DIR e profession	
	IND BARBOSA DIR 6 profe	
	Intado nor BRIINO BARBOSA DIR e profe	
	iiintado nor BRIINO BARBOSA DIB e profe	
	initiado nor BRIINO BARBOSA DIR e profe	
	O IIINTAGO DOL BRI INO BARBOSA DIR A DIOTO	
	TO INITIATION OF BRIDE BARBOSA DIR A DIOTO	
	nto ilintado nor BRIINO BARBOSA DIB e prote	
	anto inintado nor RRI INO RARROSA DIR e prote	
	Pento ilintado nor BRI INO BARROSA DIR e prote	
	mento illutado nor BRIINO BARROSA DIR e prote	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	mento ilintado nor RRI INO BARROS	
	Documento impado nor BRI INO BARROSA DIR e profe	

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOrd-0010804-58.2015.5.18.0104, RTOrd-0010718-24.2014.5.18.0104, RTOrd-0010715-69.2014.5.18.0104, RTOrd-0010504-33.2014.5.18.0104 e RTOrd-0010473-76.2015.5.18.0104).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe-JT o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010804-58.2015.5.18.0104, RTOrd-0010718-24.2014.5.18.0104, RTOrd-0010715-69.2014.5.18.0104, RTOrd-0010504-33.2014.5.18.0104 e RTOrd-0010473-76.2015.5.18.0104).
11	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8°, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010734-75.2014.5.18.0104).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0010335-12.2015.5.18.0104, RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104 e RTSum-0010700-03.2014.5.18.0104).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado Pje-JT os movimentos referentes ao início e ao fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010335-12.2015.5.18.0104, RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104, RTSum-0010700-03.2014.5.18.0104, RTOrd-0011346-76.2015.5.18.0104 e ConPag-0011085-14.2015.5.18.0104).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes ao recolhimento previdenciário, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC ( processos: RTOrd-0010335-12.2015.5.18.0104, RTOrd-0010207-89.2015.5.18.0104, RTSum-0010700-03.2014.5.18.0104, RTOrd-0011346-76.2015.5.18.0104 e ConPag-0011085-14.2015.5.18.0104).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado Pje-JT os movimentos referentes ao início e ao fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011216-86.2015.5.18.0104, RTOrd-0011112-94.2015.5.18.0104, RTOrd-0011022-86.2015.5.18.0104, RTOrd-0010987-29.2015.5.18.0104 e RTOrd-0010866-98.2015.5.18.0104).
16	No processo a seguir relacionado, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo disposto no artigo 195 do PGC (processo: RTOrd-0010482-38.2015.5.18.0104, RTOrd-0010219-06.2015.5.18.0104 e RTOrd-0010093-53.2015.5.18.0104).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar os bens do executado, de ofício, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), como, por exemplo, a desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo, assim, o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2011, informada pelo Ofício Circular nº 17/2011/TRT18-SCR (processos: RTOrd-0010504-33.2014.5.18.0104, RTOrd-0010473-76.2015.5.18.0104, RTSum-0010732-08.2014.5.18.0104, RTSum-0010151-56.2015.5.18.0104 e RTSum-0010066-07.2014.5.18.0104).

Constatações

Item

Cód. Autenticidade 400091748182

	- Constituições				
18	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd-0010243-68.2014.5.18.0104; RTOrd-0010540-75.2014.5.18.0104; RTOrd-0010762-09.2015.5.18.0104; RTOrd-0010430-42.2015.5.18.0104; RTOrd-0010461-62.2015.5.18.0104; RTSum-0010164-55.2015.5.18.0104; RTOrd-0011686-20.2015.5.18.0104; RTOrd-0011687-05.2015.5.18.0104; RTSum-0010528-90.2016.5.18.0104).				
19	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas ou dos acordos celebrados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd-0010243-68.2014.5.18.0104; RTOrd-0010540-75.2014.5.18.0104; RTSum-0010164-55.2015.5.18.0104; RTOrd-0011686-20.2015.5.18.0104; RTOrd-0011687-05.2015.5.18.0104; RTSum-0010528-90.2016.5.18.0104).				
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTSum 0011051-39.2015.5.18.0104; RTSum 0011622-10.2015.5.18.0104; RTSum 0011698-34.2015.5.18.0104; RTSum 0011017-64.2015.5.18.0104 e RTOrd 0010296-78.2016.5.18.0104).				
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum 0011254-98.2015.5.18.0104; RTSum 0011051-39.2015.5.18.0104; RTSum 0011622-10.2015.5.18.0104; RTSum 0011017-64.2015.5.18.0104 e RTOrd 0010296-78.2016.5.18.0104).				
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, o juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTSum 0011254-98.2015.5.18.0104; RTSum 0011165-75.2015.5.18.0104; RTSum 0011051-39.2015.5.18.0104; RTSum 0011622-10.2015.5.18.0104; RTSum 0011698-34.2015.5.18.0104; RTSum 0011017-64.2015.5.18.0104; RTSum 0011142-32.2015.5.18.0104 e RTOrd 0010296-78.2016.5.18.0104).				
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum 0011254-98.2015.5.18.0104; RTSum 0011165-75.2015.5.18.0104; RTSum 0011051-39.2015.5.18.0104; RTSum 0011622-10.2015.5.18.0104; RTSum 0011698-34.2015.5.18.0104; RTSum 0011017-64.2015.5.18.0104; RTSum 0011142-32.2015.5.18.0104 e RTOrd 0010296-78.2016.5.18.0104).				
24	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/11/2015 e 31/05/2016, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências de instrução é de 66 (vinte e seis) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 17 (dezessete) processos.				
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/11/2015 e 31/05/2016, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.				
26	Analisados os dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão, constatou-se que a unidade realizou 921 audiências de instrução/una no período de 1/11/2015 a 31/05/2016, o que corresponde a média diária de quatro a cinco audiências por magistrado.				